

Cenário político dificulta planejamento e decisões estruturais para a saúde em 2026, dizem especialistas

Cláudia Collucci • 8 min read

Jan 1, 2026

A saúde pública brasileira entra em 2026 pressionada por um conjunto de desafios estruturais antigos, agravados por ser um ano eleitoral, em que a polarização tende a se intensificar e a agenda pública costuma oscilar entre promessas de curto prazo, disputas ideológicas e dificuldades concretas de planejamento.

Na opinião de especialistas do setor, porém, a área reconhecida como o maior problema nacional para 20% da população, segundo pesquisa Datafolha, pode ser marcada por uma inflexão importante: menos retórica grandiosa e mais reconhecimento dos limites reais do SUS (Sistema Único de Saúde), ainda que longe de soluções definitivas.

Do ponto de vista do financiamento, a avaliação é de estabilidade, não de avanço, segundo Gonzalo Vecina Neto, médico e professor da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo). "Não vai piorar, mas também não vai melhorar. Vai ser a mesma coisa", afirma, lembrando que seguem vigentes as regras constitucionais que destinam 15% da receita corrente líquida da União à área.

O Congresso Nacional aprovou no último dia 19 o relatório final do Orçamento de 2026, com previsão de despesas totais de R\$ 6,5 trilhões. A aplicação em ações e serviços públicos de saúde está projetada em R\$ 254,9 bilhões, um total de R\$ 7,4 bilhões maior que o mínimo constitucional.

Nesse cenário de recursos limitados, ganha centralidade a discussão sobre como organizar melhor o sistema. Vecina aponta como principal gargalo do SUS a regulação do acesso às consultas especializadas e aos exames.

Programas como o Mais Especialistas, uma das principais bandeiras do governo Lula, ajudam mas têm caráter emergencial. "É apagar incêndio. Mutirão é apagação de incêndio. É bom, ajuda, mas não resolve", diz Vecina.

Para ele, a solução estrutural passa pela consolidação de regiões de saúde com filas únicas, transparentes e organizadas. "O grande gargalo do SUS é você não ter filas únicas em regiões de saúde. Tem que ter

transparência", defende.

O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, médico sanitário e pesquisador da Fiocruz, reconhece avanços recentes, como o Mais Especialistas, sobretudo pela mudança nos modelos de remuneração.

"Estamos saindo do pagamento por procedimento para modalidades mais agregadas, focadas em resultados", diz. Mas ressalta que o programa não tem escala para enfrentar todos os gargalos do sistema. "Está longe de dar conta de todos os problemas de acesso e tempo de espera."

Temporão faz uma crítica direta ao peso crescente das emendas parlamentares no orçamento da saúde. Para ele, trata-se de um fenômeno "muito deletério", que sequestra recursos do Ministério da Saúde, dificulta o planejamento e reduz a capacidade de definir prioridades nacionais.

"Isso reduz a governabilidade e a capacidade de executar políticas públicas", afirma. O tema, recorrente em anos eleitorais, tende a ganhar ainda mais força em 2026. Quase 32% das 7.408 emendas parlamentares feitas ao Orçamento de 2026 foram para o relatório setorial da saúde. O valor dessas emendas é de R\$ 21,4 bilhões.

Na opinião da professora e pesquisadora Ligia Bahia, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a saúde seguirá como tema central das campanhas eleitorais, mas com uma diferença em relação a pleitos anteriores. "Antes, eram promessas muito incumpríveis, como garantir 6% do PIB para a saúde. Era pura retórica", afirma.

Agora, segundo ela, as propostas tendem a ser mais ajustadas à realidade, ainda que insuficientes. "Não quer dizer que a saúde do Brasil está salva, mas talvez a gente entre em 2026 com os dois pés no chão."

Ligia defende que o país reconheça explicitamente seus limites para poder avançar. "Nós temos um sistema de saúde que deixa as pessoas morrerem. Se a gente assumir isso, pelo menos pode se comprometer com um sistema que deixe as pessoas viverem, de verdade, sem mentirada."

Nesse sentido, ela vê na priorização da oncologia um possível ponto de virada. "O problema é o câncer. Não é mais ambulância, não é mais médico generalista. Se pegar isso como prioridade, pode ser uma mudança de rumo", afirma, lembrando que o envelhecimento da população torna esse desafio ainda mais urgente.

O problema é o câncer. Não é mais ambulância, não é mais médico generalista. Se pegar isso como prioridade, pode ser uma mudança de rumo

Outro eixo de preocupação compartilhado por diferentes especialistas é a preparação do país para futuras emergências sanitárias. Temporão destaca a necessidade de criar um organismo nacional robusto de inteligência epidemiológica, capaz de coordenar ações de vigilância com estabilidade e recursos adequados.

"Essa é uma área extremamente crítica", afirma, citando não apenas novas pandemias, mas também os impactos das mudanças climáticas sobre o sistema de saúde. Ele defende ainda o fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde, da ciência e da inovação como pilares estratégicos para o futuro do SUS.

Essa agenda dialoga com as preocupações da superintendente da Umane, Thais Junqueira, que chama atenção para temas que tendem a se agravar em contextos eleitorais, como a desinformação em saúde.

"Em todo ano de eleição, a vacinação volta como um tema sensível", afirma. Para ela, mesmo com avanços científicos —como o protagonismo brasileiro no desenvolvimento de vacinas, a exemplo da dengue—, o país ainda enfrenta resistência e desconfiança alimentadas por fake news. "A desinformação está sempre pairando e, em ano eleitoral, o risco aumenta."

Thais também aponta a necessidade de consolidar sistemas de alerta precoce para síndromes respiratórias e novas ameaças sanitárias, além de incorporar de forma prática a agenda de saúde e clima no cotidiano do SUS.

"A gente avançou muito em projetos e pesquisas, mas isso precisa acontecer de fato", diz. Entre os desafios imediatos, ela cita ainda o enfrentamento da violência contra a mulher dentro da rede de saúde, tema que voltou com força à agenda pública e exige respostas rápidas e coordenadas.

Apesar da multiplicidade de agendas —câncer, filas, financiamento, vigilância, clima, vacinação, violência—, há um consenso entre os entrevistados: 2026 não será um ano para grandes reformas estruturais, mas tampouco pode ser um ano perdido.

Cuide-se

Ciência, hábitos e prevenção numa newsletter para a sua saúde e bem-estar

"Ano de eleição não é ano de ficar esperando muita coisa", resume Thais. O desafio será definir prioridades realistas, estabelecer objetivos de curto prazo e resistir à tentação de soluções fáceis ou discursos polarizados.

No fundo, como sintetiza Temporão, o problema do SUS não é apenas técnico ou financeiro, mas político.

"Temos um sistema misto, com muita iniquidade, e o SUS ainda não é visto pela maioria da população como o caminho para garantir saúde de qualidade para todos."

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umane, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde.